



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS - COMUPA, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2022, POR ACESSO REMOTO

Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, realizada no dia 22 de março de 2022, com início às 18h, realizada através de videoconferência, em razão das medidas de distanciamento social adotadas no período de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Participaram desta reunião na representação pela Sociedade Civil: Andrea Santos (titular) e Isabel (suplente) representantes dos protetores independentes; Marcelo Pamplona (suplente) representante da Dog's Heaven; Carlos Pereira (titular) do GAPA; Rebecca (suplente) representante da Universidade Estácio de Sá; Luciana Grossi (titular) representante dos profissionais médicos-veterinários, Márcia (titular) do Petropolis Convention Visitors & Bureau; Dalle (titular) representante da OAB e Ana Maria Stutzel, titular do COMSAÚDE. Na representação do Poder Público; Alírio Sérgio (titular) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Ana Maria (titular) da Secretaria de Turismo; Leandro (titular) da Secretaria de Saúde; Luana Soliane (titular) do Gabinete do Prefeito; Raphaela Buriche (titular) da Coordenadoria de Bem-Estar Animal e Marília Pimenta (titular) e Leonardo Meriguetti da Defensoria Pública. O presidente Carlos Eduardo Pereir iniciou a reunião às 19h05min. Logo no início da reunião, o Sr Marcelo Pamplona apresentou uma questão de ordem sobre os itens da pauta da convocação para a presente reunião. Solicitou que fosse incluída na ordem do dia um item que havia sugerido logo no dia seguinte da reunião anterior, conforme solicitado, referente a estruturação da COBEA, mesmo que em caráter provisório e emergencial, com pessoal, com orçamento e com apoio institucional. Acrescentou que, em que pese a explicação do Sr Carlos no grupo de WhatsApp, de que esse item já havia sido abordado no item 1 da carta ao Prefeito de 28 de fevereiro de 2022, o assunto ainda é necessário de ser debatido e ampliado para ser apresentado ao Prefeito pelo COMUPA em exercício, mas não em assuntos gerais, devido a sua importância e, ainda, permanência devido a extensão da situação de crise por conta das chuvas do dia 21 de março. Em seguida, a Dra Marília também apresentou uma questão de ordem expandindo o assunto "COBEA", mas referindo-se especificamente à carta que foi encaminhada para o Prefeito, a qual foi reapresentada no Grupo de WhatsApp, e, aproveitando a presença da Dra Luana, indagou se existe alguma resposta para a referida carta, até porque, o conteúdo da carta contém muito dos assuntos que serão discutidos na presente reunião, incluindo aí a estruturação da COBEA, tanto administrativamente, quanto fisicamente, por conta do alagamento da sala que ocupava. Portanto, devido à urgência e importância do assunto, pela carta ter 14 assinaturas, até porque o COMUPA ainda não estava com seu mandato prorrogado no dia 28 de fevereiro, solicitou informações sobre se o Prefeito ou seu Chefe de Gabinete receberam a carta, tomaram conhecimento ou determinaram uma resposta, enfim, o andamento da situação. A Sra Luana informou que acabou de entrar no grupo, que está ciente de sua posição no COMUPA, que mesmo considerando que a Raphaela é a chefe da pasta, ela estará pronta para interagir e colaborar para o encaminhamento dos temas ao Prefeito, na medida do possível. No caso específico da carta em questão, ela informou que acredita que a carta esteja no departamento jurídico, entretanto, em função do estado de calamidade, os advogados e todos os integrantes das diversas secretarias estão na linha de frente nos abrigos, acrescentando que ela mesma trabalhou sábado, domingo, no feriado. Com a presente demanda, informou que irá buscar as informações já no dia seguinte. Acrescentou, ainda, que a Prefeitura solicitou dilação de todos os prazos, aos diversos órgãos quer seja de justiça, quer seja administrativos, na sua maioria deferidos, e isso deve ter contribuído para o andamento da questão. Acrescentou que não sabe se a Rafaela levou ao Prefeito as solicitações de melhoria de estrutura, pois a COBEA é subordinada à uma secretaria do Governo, que é por onde devem ser apresentadas as demandas da Coordenadoria. E concluiu informando que a prefeitura teve várias salas alagadas e estão trabalhando para resolver a situação. A Raphaela então acrescentou que o Secretário da sua pasta também é o coordenador da crise, o Coronel Simão, e informou que hoje conseguiu uma sala nova para se mudar amanhã, no IMPAS, acrescentando que a COBEA perdeu muita coisa com as duas situações de alagamento, mas que a partir de amanhã vai recomeçar a se organizar e colocar o telefone para funcionar etc. A Dra Marília fez outra pergunta, sobre a fala da Chefe de Gabinete na reunião de posse da nova diretoria do Conselho das Crianças e Adolescentes, que expos que o Governo tem a intenção de tornar os Conselhos deliberativos ao invés de só consultivos, então, indagou se essa intenção também atingiria o COMUPA. A Dra Luana informou que acredita que sim pois em



todas as gestão do Governo Bomtempo, ele sempre foi favorável em manter os conselhos deliberativos. Mas, não pode afirmar neste momento e que irá se informar e trazer a informação na próxima reunião. O Presidente colocou a questão da alteração da ordem do dia para apreciação dos membros que aprovaram a inclusão como item 4 da reunião - Estruturação da COBEA, passando os assuntos gerais para item 5. Passando ao item numero 1 - Deliberar sobre recomendação ao Poder Público Municipal para que só cadastre locadores para aluguel social para Famílias que possuam animais e tenham sido vítimas da tragédia de 15 de fevereiro último, que os aceitem nos imóveis, sem restrições, o presidente acrescentou, ou seja, para que os locadores não criem objeções para que os animais acompanhem as suas famílias e abriu a palavra aos presentes. A Dra Dalle apresentou o entendimento de que não existe dispositivo legal obrigando o locador a permitir ou não animais. Acrescentou que o interesse do item é que exista uma preferência na busca por locadores que aceitem animais dentro dos seus contratos. Que verificou dados, pessoalmente, nos respectivos órgãos do Estado, da Prefeitura e no SOSSerra e verificou que a Prefeitura faz o cadastro dos locadores e locatários e organiza o sistema do aluguel social; e que recebeu denúncia que a Prefeitura simplesmente colocou uma pressão em cima das pessoas abrigadas, particularmente nas escolas pois aqueles abrigos seriam fechados e que elas precisariam imediatamente encontrar um imóvel para se mudar, não dando tempo para essas famílias buscarem imóveis que aceitassem animais, caso contrário, seriam destinados para o abrigo municipal. Essa pressão resultou na busca de qualquer imóvel, pois perderam tudo, estão recebendo as doações do SOSSerra e têm que estar em algum lugar para isso. Acrescentou, ainda, a operação do SOSSerra neste particular de aluguel, onde a instituição cobrirá os gastos de três meses de aluguel, mas informou que não tem controle sobre o processo de interação entre Locador e Locatário, sendo a Prefeitura o órgão encarregado de controlar o processo. Então, concluiu que nem seria o caso de se exigir que prefeitura apenas cadastre imóveis que aceitem animais, mas que tenha o cuidado e o carinho de buscar locadores que aceitem animais, pois não houve tempo para as famílias buscassem essa possibilidade. Após um pequeno debate a Dra Dalle informou que toda a sua intervenção teve o objetivo de encaixar a palavra “cadastrar prioritariamente” no lugar de “só cadastrar”. Com a palavra o Dr Leonardo, mencionou que o desabrigamento é uma prioridade em vários aspectos, entretanto, sendo pragmático e buscando idéias fomentadoras e incentivadoras para locadores aceitarem animais, considerando a plena escolha dos locadores sobre a locação de seus imóveis, ressaltou que isso é uma exigência muito comum aos inquilinos de não terem animais, podendo até ser regra. Tendo em vista isso, uma motivação positiva é melhor do que uma imposição, que provavelmente não vai ter resultados. A primeira ideia é uma campanha de sensibilização. A segunda ideia é dar, como motivação positiva, para o locador, por exemplo, seis meses de isenção de IPTU, a ser utilizada em dada a escolher no prazo de cinco anos, pois quando o imóvel não estiver alugado ele poderá usufruir dessa benesse quando quisesse dentro do prazo de validade, configurando-se um fomento pra os locatários alugarem imóveis para animais. E a terceira ideia refere-se a imóveis que estão sendo adquiridos ou alugados diretamente pela prefeitura, ressaltando que não se tratam dos contratos de garantia, os quais poderiam entrar eventualmente como prioritários para receber pessoas com seus animais, uma vez que são imóveis que poderão ser controlados pela prefeitura. Acrescentou que o Aluguel social vai ser pago na sua grande parte diretamente ao locatário, não ao locador, portanto a relação contratual tem uma relação estreita sobre os envolvidos. Considerando que nessas crises a Sociedade civil tem “dado um banho” no apoio, podemos chamar para conversar os administradores de imóveis, das imobiliárias, pois muitas vezes são quem dá orientações aos locadores, configurando-se um ponto de influência nessa problemática e quebrar essas barreiras. E finalizou comentando que a situação atual parece ter voltada toda para os dias seguintes à primeira tragédia, como num jogo de tabuleiro onde o jogador cai numa casa com a inscrição “volte para o início”. Dra Dalle solicitou apenas acrescentar que foco “o bem estar” não é voltado apenas para os animais, mas também para as famílias, que perderam tudo e que ainda por cima se encontram na situação de perder o seu animal de estimação, o que é muito injusto, e além disso é uma questão de saúde pública pois os animais, se não encontrarem um lar temporário ou outro local para eles, eles vão acabar sendo abandonados e indo para as ruas, com todos os problemas de doenças e descontrole de natalidade que já conhecemos. E temos que tomar cuidado sobre esse assunto pois a necessidade de abrigar os animais dos tutores que não conseguem um imóvel que aceite animais pode virar justificativa para a ideia da criação de um abrigo municipal, mesmo provisório, que poderá se transformar em um abrigo definitivo, antes de se buscarem soluções prioritárias e mais duradouras. Isso está intimamente ligado à ACP que encontra-se



em discussão onde o Ministério Público tenta vincular a questão de animal desabrigado, dentre outros aspectos, na criação de abrigos para animais. A questão foi discutida pelos membros e os detalhes da ACP esclarecidos àqueles que ainda não tinham conhecimento. A Dra Luana solicitou a palavra e comentou sobre as denúncias da Dra Dalle sobre a pressão do governo para acelerar o processo de desocupação das escolas, informando que esteve trabalhando nos abrigos e não viu pressão, que viu famílias querendo sair dos abrigos, uma necessidade urgente e real para voltar a ter a sua intimidade preservada, mas quanto ao Governo fazer essa pressão considerou muito sério, que deveríamos saber quem falou isso e buscar à fundo o que aconteceu, que denúncia, pois ela ficou dentro da escola Rubens de Castro Bontempo com várias equipes em abrigos, na sua maioria composta de advogados, assistente sociais, dando o suporte para tentar agilizar os contratos, inclusive com carros disponíveis para as visitas aos imóveis. Que existiam imóveis disponíveis com apenas um quarto o que não se encaixava nas famílias grandes, famílias com animais que não foram, então, não teve essa pressão. Que talvez tenha havido a pressão da própria família para sair, e não do governo pressionando para sair pois vamos fechar, não viu acontecendo. Se houve essa denúncia, temos que apurar e verificar se realmente aconteceu, até porque, se aconteceu, o Prefeito tem que ser informado, bem como o coordenador geral da crise. A Dra Dalle informou que posteriormente pode conversar sobre isso e detalhar para a Dra Luana e ficaram combinadas disso ocorrer. A Dra Luana continuou, sobre a proposta do item 1, especificamente no tocante ao que a prefeitura “só cadastre” uma abordagem perigosa, na sua opinião, pois já existe uma dificuldade imensa para conseguir imóveis. E sobre os corretores, informou que foi feita uma reunião com os corretores de imóveis, no CRECI, e que não viu proximidade ou empatia ou ainda interesse desses profissionais. A dificuldade é imensa em conseguir casa por meio de corretores. A maioria das locações estão sendo feitas diretamente com os proprietários. Portanto, a recomendação do item um vai restringir mais ainda, além da situação da legalidade e liberdade de escolha do locador. E concluiu dizendo que o governo pode priorizar ou o Conselho solicitar uma campanha ou dar preferência. Houve um debate sobre a questão, com a interpretação da Dra Dalle sobre a recomendação ter o aspecto prioritariamente, o Sr Carlos, Presidente, ressaltando que a intenção da redação foi mesmo proteger os animais até pela jurisprudência que considera a família como “multi-espécie”, hoje não se separa mais o animal dos seus familiares humanos unicamente por ele ser um animal e acrescentou que conhece crianças que destroem uma casa mais do que um cão. A Dra Luana acrescentou que restringindo ainda mais uma situação pode piorar ainda mais agora da reedição da calamidade e considerou que com relação à pressão tem que se ter um olhar mais apurado, depende muito mais da família em aceitar o imóvel que esta sendo colocado à disposição dele ou não... se eu tenho um animal e estou indo para uma casa que não aceita, essa casa não me atende, não se pode colocar na mão do governo uma situação que depende única e exclusivamente do desabrigado, e, para concluir, que concorda que deva existir uma campanha para incentivar que os proprietários aceitem os animais e mais ainda aceitem o aluguel social, uma dificuldade muito grande. Sobre a questão do IPTU, a Dra Luana informou que o governo já tomou algumas medidas de isenção de iptu e taxa de lixo para os imóveis cujos proprietários realizaram aluguel social. Já existe uma lei aprovada. Houve uma discussão sobre o assunto e o Dr Leonardo ressaltou que quem paga o IPTU, em regra é o inquilino, portanto, não há um incentivo especificamente voltado para o locador, nesse caso, por isso a sua sugestão de dar um tipo de “Voucher” IPTU para o locador utilizar posteriormente. A Dra Luana comentou que depois da lei houve um aumento expressivo de disponibilização de casas e que mais uma isenção seria também um motivador. Com a palavra o Sr Leandro comentou sobre os abrigados sendo pressionados, informou que isso não é verdade, pois desde o momento da chuva, a prefeitura se esforçou ao máximo, em todos os sentidos, todos os setores e todas as secretarias, todos se empenharam para dar apoio aos desalojados e desabrigados, acrescentando que a Secretaria de Educação já está acostumada com a situação de alojamentos e, junto com a Defesa Civil, se coordenam muito bem, com grupo de WhatsApp onde todas as diretoras estão, portanto, quando as sirenes são tocadas as escolas que são ponto de apoio abrem automaticamente. E com isso, tivemos nos locais dos desabrigados médicos, enfermeiros, nutricionistas, farmacêuticos, recolhimento de lixo assistência social, portanto, não houve em nenhum momento um descaso, nenhuma falta de atenção por parte da prefeitura. Tanto que o Ministério Público que fiscaliza e elogiou muito. A Dra Dalle fez um aparte dizendo que isso é uma verdade pois parte da sua família desabrigada, mesmo mantendo-se nas proximidades do imóvel, não indo para abrigos, o atendimento foi maravilhoso, carinhoso e humano. Continuando o Sr Leandro acrescentou que o diferencial é que a nossa cidade sempre teve esse problema



de chuvas e a educação é a primeira porta dos desabrigados. É cultural. Ministério Público, Ministério da Saúde, o Governo Estadual, todos nos deram os parabéns pelo atendimento. E em relação aos alugueis, existe a dificuldade e a reunião com as imobiliárias e conseguiu-se muita coisa mesmo, pois são muitos desabrigados e, quando estávamos respirando e finalizando todo esse processo veio outra chuva que complicou e entristeceu todos muito mais. No primeiro evento chegamos a ter de 1200 a 1300 desabrigados no pico e depois desta estamos com cerca de 700, portanto, é cansativo, mas vamos continuar trabalhando pois tem escolas, igrejas e associação de moradores, pois a prefeitura tem uma articulação muito bacana pois o prefeito tem sensibilidade para chamar as partes para conversar, o cuidados com os cachorros, a Raphaela sabe que pode contar com ele e com o Cel Simão. Em vários abrigos os cachorros ficaram dentro dos abrigos juntos com seus “donos”, apenas em uma escola deu problema e os animais foram colocados em gaiolas. A assistência foi espontânea e rápida. A sociedade tem que ajudar pois somente o poder público não consegue tudo, e a sociedade ajudou muito, doação de ração para todos os abrigos, estamos trabalhando não só pelos seres humanos mas também pelos animais. Com a palavra o Sr Tiago (Casa dos Conselhos) salientou que os abrigos são em grande parte montados em escolas e existe um calendário escolar. Se nós abrissemos na segunda quinzena como abrimos a maioria das escolas, já perdidos 190 dias de aula, e o limite é 200 dias de aula, portanto, a pressão existe, não é uma pressão do governo, mas do Ministério Público que pressiona para a desocupação escolas e se coloquem as pessoas nas suas casas; fomos os primeiros a fazer uma propaganda para que os alugueis sociais aceitassem os animais, foi o prefeito Rubens Bomtempo, isso tem que ser reconhecido, porque às vezes só se fala no que está ruim, mas e o que está bom? O prefeito foi o primeiro a fazer uma campanha para a aceitação dos animais. A Dra Dalle fez um aparte salientando que isso só ocorreu depois de matérias nos jornais sobre o assunto. E o Sr Tiago continuou comentando sobre a extensão do mandato do COMUPA, que fizeram questão desse processo para dar voz à sociedade civil para melhorar a situação e fazer valer a defesa dos animais, de maneira democrática e transparente, portanto, é importante reconhecer pois foi o esforço do governo fazer que os alugueis sociais fossem voltados para os animais. Teve até um caso envolvendo uma cabra. Acrescentou que tem 15 gatos e ficou duas semanas inteiras trabalhando na crise sem voltar pra casa, cuidando dos abrigos, portanto, o esforço e luta tem sido muito grande. comentou de uma parceria e dar algum tipo de vantagem para o locador que permita a locação com animais. Obrigamos não podemos, a não ser que exista uma lei que respalde. A pressão existe, da sociedade, mães mandando mensagens para o colégio pois seus filhos necessitavam voltar às aulas. O Governo em momento algum falou para ninguém querendo expulsar ou ir para a rua. A escola precisa abrir e tem um calendário escolar, obrigações com ministério da educação etc. O Abrigo que não fechasse, a pessoa poderia ser remanejada para um outro abrigo, mas continuar sob a tutela do município, inclusive tinha cinema, massagem, e algumas pessoas nem queriam sair do abrigo. Uma pessoa ou outra, pode ser que no afã de querer levar as pessoas da família para suas casas pode ter tido essa pressão, uma pessoa ou outra, mas não o governo, te falado “precisa sair logo e tal” e aí temos que apurar para melhorar. Mas, o governo ter feito isso, em hipótese alguma. Todos os abrigos foram vistoriados por Ministério Público, Defensoria Pública etc. Acrescentou que, obviamente, podemos melhorar cada vez mais a atuação da prefeitura para atender as pessoas e os animais. O Sr Marcelo com a palavra ressaltou a necessidade da promoção de incentivos ao aluguel social que abracem animais, ninguém está querendo colocar a prefeitura na berlinda pois sabemos que o trabalho é muito grande e também sabemos que quem está super envolvido num problema, qualquer coisa que se diga pode parecer crítica, o que normalmente reflete numa postura de defesa, é natural, entretanto, ninguém quer criticar a prefeitura especificamente. A questão é: existe uma pressão, criada pelo contexto geral. Exemplificou o telefonema recebido, dentre vários, desesperado, que recebeu de uma moça, num domingo dizendo que ela tem um cachorro e está no abrigo, e tem um dia para desocupar o abrigo porque vai pegar um aluguel social, e se não pegar esse aluguel outra pessoa o fará e ela seria remanejada como foi explicado. Isso, obviamente é uma pressão sobre o desabrigado, já fragilizado por toda situação. Nessas e em diversas outras situações, a sociedade civil tem contribuído, salientando as ações da Dog’s Heaven particularmente, colaborando com a prefeitura, mandando ração para diversos protetores, abrigos e outros locais e numa ação importante na organização e abrigo de cães e gatos em lares temporários, bem como adoção, etc. tudo organizado pela a coordenadora de todo apoio da Dog’s Heaven, a Sra Márcia. O que precisamos entender é que agora precisamos redobrar o ímpeto da intenção de acolher os animais, devemos intensificar os incentivos, com alugueis mais caros ou outros incentivos,



para sobrepujar a questão da não aceitação dos animais por conta da cultura do sistema de locação. E a Sra Márcia acrescentou que não estamos conseguindo mais lares temporários. A situação está muito difícil e teme que a Raphaela deve estar na mesma situação. Acrescentou, ainda, que o número de animais de rua aumentou assustadoramente e hoje, no GRAD, recebeu a informação de que eles estão assustadíssimos com a situação pois o número de animais soltos nas áreas quentes é absurdo, não tem para onde levar e em breve vai ser uma situação de zoonose. E a Dra Dalle comentou que está abrigando voluntários do GRAD em sua casa pois os cômodos da casa alugada pela instituição já estão sendo usados para abrigar animais. E, ainda, que o GRAD está com cerca de 70 animais que não tem destino, pois as pessoas não tem lugar para colocar eles. E Acrescentou que não está falando mal da prefeitura, mais uma vez, ao contrário, que precisamos da prefeitura. Dra Marília com a palavra, passou a comentar sobre a questão das escolas que sempre foi um problema, pois as escolas e igrejas sempre se tornam abrigos em situações de emergência e a saída dos abrigados sempre foi problemática e que hoje existe uma opção nova que é o aluguel social. Ressaltou a dificuldade da divisão de espaço pelas famílias, da perda de privacidade nos abrigos, da pessoalidade, enfim, é uma dificuldade para as pessoas. Quanto maior o tempo mais difícil. Entretanto, não acha que em trinta dias de tragédia se tenha muito tempo nessa dificuldade, acrescentando que a prefeitura até caminhou bastante nesse sentido, com as pessoas indo para imóveis. Ressaltou que nesse momento, correr depois de uma segunda tragédia com os novos abrigados, mesmo sabendo que as crianças estão sem aula, talvez não seja uma necessidade. Explicou pois a sociedade aprendeu muito com a pandemia, quando as crianças ficaram quase dois anos fazendo aula virtual, e portanto, não esse temor todo em se perder o ano letivo se elas podem voltar para aula virtual. E exemplificou com o fato que o próprio conselho aprendeu e faz as reuniões virtuais. Agora que as coisas estão melhorando, com algumas aberturas, se o conselho já estivesse fazendo reuniões presenciais, a situação é parecida com a que não pudéssemos fazer reunião pois as pessoas não podem sair de suas casas... portanto, acha que a questão do Ministério Público estar pressionando é só a prefeitura responder que recomeçará com as aulas virtuais, mesmo com as dificuldades. Acrescentou que, da mesma forma que é bom para a criança ter aula presencial é bom também ela ter o seu animal junto com ela. Ainda mais para aquelas que perderam familiares, sua casa, a presença do animal faz muita diferença. Portanto não vê motivo para se apressar a retirar as pessoas das escolas pois as crianças tem que voltar para as aulas, isso num trânsito caótico, como ainda estamos experimentando, particularmente nos dias logo após o início das aulas. Assim, direcionou um apelo aos representantes do Governo Municipal presentes, para que se pense em reiniciar as aulas paulatinamente, pois a situação de trânsito é muito pior, temos que repensar nisso, até contratando alguma pessoa especializada em trânsito. Além da possibilidade de uma chuva apanhar todos presos no trânsito num contexto de reparo do sistema de escoamento. Portanto, crê que, antes de se reiniciarem as aulas presenciais, deve-se resolver o trânsito, enquanto isso não é finalizado, que as crianças tenham aulas virtuais, para não perder o ano letivo. Os professores já têm tudo pronto, as crianças já estão preparadas para isso, e até as crianças que estão nos abrigos poderão ter aula virtual, o que é uma coisa muito boa, além de ter outras crianças para brincar. Apesar de ser sua opinião, incentivou aos representantes do governo para levarem esse aspecto para a administração do município: a volta às aulas, neste contexto de trânsito prejudicado pela calamidade, será caótico, e uma sugestão é, quando se decidir voltar as aulas presenciais, fazer paulatinamente, primeira semana as creches, segunda semana o ensino e educação infantil, terceira semana incluir ensino médio e depois faculdade etc. A Dra Dalle fez um aparte acrescentando que as mães que exigem a volta às aulas demonstram uma falta de empatia tremenda neste momento em que as pessoas estão sem casa, sem observar o valor humano da preservação das aulas. A Dra Marília também acrescentou o fato da diferença entre as escolas, pois existem algumas que iniciaram e outras não, portanto, acredita que ou voltam todas ou não volta nenhuma, ou realoca as crianças todas para as escolas que podem funcionar, pois isso causa uma injustiça entre as crianças que estão sem aula pois aquela escola se tornou um abrigo. E, portanto, aula virtual não é nada novo e é uma coisa que ajuda a solução deste problema complicado. Esta tragédia foi tão grande que os problemas não serão resolvidos em um ou dois meses, podendo levar fácil até uns seis meses. Maior tragédia, seguida de outra. O Sr Marcelo fez um aparte, ressaltou que o evento climático foi uma tromba d'água, essa situação irá continuar por muito tempo pois qualquer chuva que cair vai alagar tudo pois todas as galerias de águas pluviais estão cheias de terra, os rios estão cheios de terra, então, até que isso se resolva, não se enganem, qualquer chuva vai causar alagamentos. E a Dra Marília acrescentou que até para se realizar os trabalhos



nas ruas, é preciso interromper o trânsito e o ideal é fazer algo para diminuir o trânsito de veículos, o que é atingido com aulas virtuais. Vide o trânsito que tivemos durante a pandemia. Petrópolis perderá moradores, comerciantes, visitantes, e isso vai trazer um empobrecimento da cidade, o que vai afetar, também, os animais. As soluções tem que ser tomadas estrategicamente, ainda que não seja fácil de resolução. Tem que se contratar pessoas especializadas com experiência em situações de crises, pois o ocorrido foi monstruoso. E encerrou solicitando que essas questões fossem levadas para o Governo, recebendo a resposta da Sra Luana que levará sim todas as questões apresentadas. Com a palavra a Sra Márcia, solicitou acrescentar às palavras da Dra Dalle que os animais que estão no GRAD tem tutores, que estão desabrigados. O GRAD foca o trabalho em resgate de animais que tem tutores na cidade para que logo depois possa fazer o retorno desses animais para a casa do tutor. Com a palavra a Dra Dalle, acrescentou que em conversa com a Sra Carla, do GRAD, ela informou que pelo menos no GRAD existem cerca de 50 a 75 animais cujos tutores já estavam ou estão em processo de alocação de aluguel social que não aceitam os animais e ela não sabe o que irá fazer. Apenas uns poucos animais retornaram até o momento. O problema é enorme, pois não se sabe o que será feito com os animais, além da informação de que as pessoas não tiveram muito tempo para procurar imóvel. Basicamente tiveram que aceitar o primeiro que apareceu. As ruas ficarão lotadas de animais. A Sra Luana pediu uma parte e pediu para pontuar uma ideia que veio no momento para ajudar essas pessoas que já alugaram em imóveis que não estão aceitando animais, se seria factível a Defensoria Pública ingressar com alguma ação para fazer valer o direito das pessoas com animais consigo. A Dra Dalle respondeu que obrigar não pode, que se pode eventualmente chamar os proprietários, com a presença da OAB, por exemplo, o poder público executivo também participando, e se tentar fazer uma grande conscientização e sensibilização para fazer surgir um compromisso. Mas, juridicamente isso só pode ser feito sem imposição, mas de uma forma acordada, pois não existem mecanismos para se fazer imposição, e deixou claro que a sua posição não é contra o governo, que sua fala é um pedido desesperado para que o poder executivo faça uma campanha massiva de sensibilização, mas não basta um “post”, tem que existir algum benefício para sensibilizar os proprietários a aceitarem os animais dos desabrigados, pois sem o governo a sociedade civil não consegue ou, se consegue, o caminho é mais longo e difícil, e nesse momento já terá um monte de animais nas ruas. A Sra Andrea Santos com a palavra, pediu para fazer duas observações sobre a conversa com os corretores, ressaltou que é mais importante falar com os proprietários das imobiliárias, mencionando sua experiência profissional como proprietária de empresa de elevadores nas discussões de assuntos mais complicados, que são resolvidos apenas no nível dos donos das imobiliárias. Ela consegue tudo falando com os donos, mas com os funcionários a coisa não anda. Então, ou reúne os donos das imobiliárias, ou vai em um por um, levando protetores ou ONG, e se voluntariou para compor o grupo de visita. Outra coisa que está acontecendo é que algumas pessoas estão usando o fato de não se aceitar animais nos aluguéis para não ter mais responsabilidade sobre os seus cães, portanto, tem que se preocupar em ouvir o proprietário dizer que não aceita animais, pois as pessoas tem que ser responsáveis pelos animais que pegaram. Ainda que seja uma minoria, existem pessoas que querem se livrar do animal. A Dra Dalle fez um aparte sugerindo a criação de uma força tarefa para essa sugestão. A Sra Andrea finalizou que uma ação olho no olho é muito mais eficaz do que as postagens que todos fazem. E finalizou colocando-se à disposição para participar das comissões ou grupos que se fizerem para as ações de convencimento. O Sr Carlos acrescentou uma ideia mencionada anteriormente pelo Sr Marcelo, com a qual concorda, de se criar um mecanismo de incentivo financeiro, com um acréscimo de 10% no aluguel ou algo do gênero que fique como um seguro para consertar eventuais danos efetuados pelo animal ao longo da locação e pediu para os advogados pensarem nessa compensação financeira a ser dada ao locador e, com isso, ele se sentir mais seguro. A Dra Marília comentou que na sua experiência quando administrou alguns imóveis na sua carreira, lembra de duas coisas que os proprietários se ressentiam que eram o temor de que as pessoas vão embora e deixam o animal na casa e outra questão é que muitas das vezes as casas a serem alugadas são coladas na casa do proprietário, locador, e a preocupação é não gostar dos barulhos produzidos pelos cachorros, portanto, essas duas razões são mais importantes do que o temor da destruição do imóvel. Portanto, temos que verificar essas hipóteses também. A questão do barulho é difícil convencimento mas, uma compensação financeira pode falar mais alto. A Dra Dalle deu uma sugestão a ser acrescentada o trabalho da força tarefa, de um termo de não abandono, ou algo nesse sentido e o Dr Leonardo lembrou que a Lei já o obriga a não abandonar. E a Sra Andrea acrescentou que no grupo da força tarefa terá protetores e



peças que estarão observando as condutas, dando uma certa garantia ao processo todo. A Raphaela acrescentou a necessidade de microchipagem, pois fortalece o elo do cão ao seu tutor. Então, o presidente passou a resumir quem estaria disposto a participar da força tarefa, incluindo a Dra Dalle, a Sra Andrea, a Sra Raphaela, e outras sugestões para compor o grupo do poder público e perguntou a Dra Luana como o governo está fazendo a seleção dos imóveis para aluguel social. A Dra Luana respondeu que estava em abrigos até semana anterior, e que no meio da semana tem uma demanda enorme de requerimentos de informação da Câmara Municipal, da Defensoria, Ministério Público, então, existe uma divisão de trabalho mas ainda assim se coloca à disposição, mas nem sempre estará livre para comparecer, e continuando a resposta objetiva informou que nós entramos em contato com as imobiliárias todas, foram feitas reuniões com o CRECI, representantes, criou-se um sistema que foi colocado na página principal da prefeitura para quem tenha imóvel poder cadastrar seu imóvel ali, para que seja feita a seleção, e existe um grupo que entra em contato com corretor e proprietário e verifica a situação. Quando aparece um imóvel, todos os representantes dos abrigos apresentam as casas com os respectivos perfis para os desabrigados. Muitas pessoas não querem sair do seu bairro, outros só quer casa com uma dois ou três quartos, ou que tenha quintal, então, vai passando a disponibilidade, até surgir o interesse pela casa. Então transportamos a pessoa interessada ao local para verificar in loco o imóvel, ou seja, existe uma busca ativa, mas o outro lado nem sempre se adequa ao oferecido. E o Sr Carlos, pontuou que a Dra Dalle e Dra Marília poderiam sugerir um outro formato em que se oriente a busca ativa dando uma ênfase, sem obrigatoriedade, mas enfatizando a aceitação dos animais, até colocando como a situação da cidade, do abandono de animais, a aceitação dos poderes da república que os animais fazem parte da família, a chamada família muito espécie, enfim, fica a sugestão para trabalhar nesse sentido. A Dra Dalle fez uma aparte sugerindo a criação de um decreto que previsse a isenção do IPTU extra para quem tiver alugando e aceitando animais para incentivar e ter mais argumentos para convencimento. E a Dra Luana rebateu que esse argumento já existe e houve um pequeno debate sobre a isenção do IPTU ser geral, e pontuou que o petropolitano precisa ser mais solidário de fato pois não estão colocando as casas disponíveis para alugar. O Dr Leonardo fez duas observações sobre a busca ativa, e perguntou se a prefeitura tem contabilizado, das pessoas desabrigadas, quantas e quais tem animais de estimação e precisarão de casas que aceitem, pois seria um critério de classificação e a Dra Luana respondeu que a prefeitura já estava praticamente fechando todos os abrigos e depois do segundo incidente, todos voltaram. Acrescentou que existe uma ficha de identificação sobre o perfil do desabrigado, então ela imagina que tenha. Então o presidente resumiu a discussão do item 1, ressaltando as pessoas que se voluntariaram para a força tarefa que deverá se debruçar sobre a questão dos aluguéis sociais das pessoas cujos animais estão no GRAD. Em outra área de contato verificar se o Conselho poderia sugerir para a prefeitura um outro formato de busca ativa, com a Dra Luana, Dra Dalle, Dra Marília e Dr Leonardo estudando sugestões sobre a priorização dos animais para a locação no sistema do aluguel social, bem como a sugestão da criação de um incentivo/benefício financeiro extra pela prefeitura exclusivamente para quem alugar para famílias com animais, e, ainda, a criação de uma campanha, pela prefeitura, mais abrangente, com amplo alcance para incentivar os locadores a aceitarem locatários com animais, o que foi aprovado por todos. E com isso encerrou o item um e o item dois, pois já foram feitas as discussões sobre a apuração de denúncia. Passando para o item 3, o presidente abriu os debates sobre se tomar ciência e propor medidas para impedir a transferência de animais para outros municípios sem o devido cadastro e controle. Ressaltou algumas situações ocorridas onde animais foram parar no Rio de Janeiro, em Magé, comentou particularmente o caso dos cães “Malhadinho” e “Cindi” cujos tutores fizeram campanhas e ninguém encontra o paradeiro desses animais. Comentou que se trata de um grande problema, e que as providências que poderiam ser adotadas nesse contexto seriam muito difíceis. Houve um debate sobre o assunto onde se buscou um lado realista e prático para tentar minimizar esta situação, que é muito difícil de se controlar, haja vista, por exemplo, uma delas onde um vereador, de Magé, chegou na calada da noite, com um ônibus da prefeitura, recolheu animais, recolheu ração em um posto de distribuição e voltou para sua cidade, na calada da noite ainda. Ninguém tomaria conhecimento se ele não tivesse filmado e postado essa cena. Foi comentado que a prefeitura deveria buscar informações. Os municípios de Magé, SJMeriti e Duque de Caxias nem tem políticas de proteção aos animais, portanto, o impulso dessas pessoas foi mesmo buscar politicagem barata. Dra Dalle sugeriu dois pontos: pedir que a COBEA entre em contato com o vereador de Magé e tente descobrir o paradeiro dos animais e que para todas as pessoas que desejam levar cães para outras ONG fora do município, que



esses animais sejam identificados, fotografados e que haja um termo de responsabilidade. O Sr Marcelo comentou que a situação também decorre da falta de insumos, pessoal e material que a COBEA não tem para fazer esse controle, pois se houvesse pessoal, como já sugerimos desde muito tempo, que pudesse fazer a coordenação com os protetores que estão ajudando a crise e concentrar tudo essas ações seriam minimizadas, ou pelo menos, mais controladas. Que a Raphaela coordenadora do COBEA tem conhecimento e competência para realizar o seu trabalho, mas sem esse apoio, ela acaba indo resgatar animais no barro, o que não é competência direta dela. Tudo está relacionado ao pedido da estruturação da COBEA, mesmo que de maneira temporária, e, uma vez existindo e que a prefeitura divulgasse essa estrutura, essas iniciativas seriam minimizadas pois haveria um controle, e, frente à existência de um controle, mesmo que não resolva todas as dificuldades, as pessoas se inibem de fazer atitudes descabidas. Então, a Dra Marília pontuou que, em resumo, o problema restringe-se ao fato de uma ou mais pessoas que entraram num momento de crise, penetrou na “área quente”, na região de tragédia para cometer o “resgate” indevido, inclusive utilizando-se de um ônibus para transporte, e ainda buscou ração em local autorizado para distribuição. Foi na primeira semana, não foi em uma situação geral e comum. Pois da mesma maneira que pegaram animais, poderiam ter pego crianças. No continuar das discussões, foi informado que a Raphaela, mesmo com as limitações existentes, tem um controle dos animais que a COBEA está conseguindo ajudar, inclusive com o controle dos que foram encaminhados para outra cidade, para uma ONG denominada “indefesos” que será visitada por ela. E a Dra Dalle acrescentou o exemplo do Vereador Gabriel Monteiro que também usou deste artifício midiático, veio aqui e levou um animal, que tinha tutor, e descreveu o enorme trabalho realizado para recuperar o animal, perante a resistência da devolução pelo vereador. O presidente então encerrou os debates do item 3, resumindo as questões em: consultar a Sra Raphaela sobre o cadastro e solicitar à COBEA para consultar os vereadores e outros atores envolvidos nas ações descritas sobre os dados dos cães, para o rastreio do destino e sobre a identificação e devolução dos que tem tutores. E informou que o link do vídeo do vereador Arthur Cozzolino foi colocado no grupo de WhatsApp. Passando ao item 4, estruturação da COBEA, o Presidente ressaltou que o Sr Marcelo já deu uma boa pincelada sobre o conteúdo. O Sr Marcelo acrescentou que apresentou e colocou no grupo por duas vezes a lista preliminar de políticas públicas que a prefeitura deveria se debruçar em caráter de emergência, em face da crise, sugestões que são fruto da I Convenção de Proteção Animal realizada em 2021. Que entende que a leitura pode ter sido difícil em face das atribuições de todos nessa crise, mas considera que as sugestões devem ser apresentadas para o Prefeito, pois referem-se à atitudes ligadas às soluções dos diversos problemas que estamos enfrentando, por conta da crise, particularmente a estruturação da COBEA. Ressaltou a necessidade do aparelhamento da coordenadoria com mais pessoal qualificado, pois a Coordenadora já tem conhecimento e competência para coordenar esse pessoal, portanto, temos a certeza que realizará um ótimo trabalho. Além disso, são necessários recursos financeiros e materiais, para desenvolver os trabalhos, e, ainda, precisa receber o apoio institucional, como parece que está ocorrendo mais recentemente. A sociedade civil, representada pelos protetores e entidades estão trabalhando e apoiando a COBEA, na medida do possível, continuamos com o ímpeto de ajudar, quer seja abrindo mais espaços para abrigar animais, transportando e doando ração para os protetores e abrigos, mas verificamos que existe a necessidade de uma organização central desses trabalhos relacionados com os animais. Portanto, é importante que o COMUPA reforce a solicitação, que é uma necessidade, de que a prefeitura reforce a estrutura da COBEA porque não dá para trabalhar nesse caos com apenas três pessoas. A Estrutura atual até conseguiria atender as denúncias de maus tratos, mas frente a toda a avalanche de situações advindas dessa crise, manter o mesmo grupo é inaceitável. Acrescentou que sabe e reconhece que a prefeitura está se desdobrando, mas, existe uma necessidade, mesmo que temporária. Ressaltou, ainda, as fases de qualquer crise, a primeira, a emergência: as duas primeiras semanas onde todos trabalharam muito e a prefeitura conseguiu distribuir os desabrigados pelos abrigos etc etc, a Dog’s Heaven trabalhou junto com a prefeitura e outros protetores distribuindo mais de 7 toneladas de ração que foram doadas via nossa instituição, e outros protetores trabalharam muito; a segunda fase, a estabilização da crise e manutenção de um estado temporário: onde a prefeitura trabalhou nos aluguéis sociais e diversas outras frentes; e a terceira, da desmobilização: que estaria começando na semana passada quando houve a segunda calamidade. Mas, ressaltou que a desmobilização não abraçou os cachorros por conta de várias situações que já discutimos, e o final da história é que os animais “ficaram com a brocha na mão”. Ninguém está perseguindo ou buscando culpados pela situação, mas estamos querendo buscar soluções.



Portanto, a ideia é dar apoio ao trabalho que já está sendo realizado, mas, vamos dar algumas gotas de suor a mais pelos animais. Não existe mais espaço, não existe mais lar temporário, enfim, a ideia é tentarmos melhorar a estrutura da COBEA para que ela possa se desdobrar e tentar junto com a sociedade civil melhorar a situação e prover uma melhor coordenação. A Dra Dalle fez um aparte sugerindo uma reunião com o prefeito. Um membro da prefeitura (Vigilância Sanitária) comentou que realmente concorda com as colocações do Marcelo, que realmente existe muita demanda para a Raphaela, a Vigilância Sanitária faz vários trabalhos conjuntos com ela, e as demandas vem desde a criação de pombos galinheiros à denúncias de maus tratos. Ressaltou que o chefe direto da COBEA, o Cel Simão, é uma pessoa super flexível e tem certeza que ele vai escutar e levará até o Prefeito. Uma sugestão de se fazer uma reunião com o Prefeito pode ser realizada via o Cel Simão, que fica mais rápido. que tem certeza que o Cel Simão abraça as causas, até para a Raphaela ter condições de trabalho. A Dra Dalle acrescentou que acredita que poderemos mostrar para o Secretário que a Raphaela tem o apoio do COMUPA, que mesmo sendo um órgão muito heterogêneo, com OAB, protetores, Defensoria, ONGs, e ela tem um apoio praticamente uníssonos, isso reforça o trabalho que ela tem feito. Portanto, seria muito importante a reunião. O Sr Marcelo adicionou que temos que aproveitar a situação para crescer. A Dra Dalle se predispôs a estar em qualquer reunião. E o Sr Marcelo também. A Dra Luana perguntou sobre qual o formato da estruturação, e o Sr Marcelo explicou que se trata de colocar mais pessoal, para que a Raphaela possa realizar o trabalho de coordenar e distribuir os trabalhos, pois estamos numa situação de emergência e as demandas são diversas, pois a estrutura da COBEA, teoricamente, abraça apenas as atividades relacionadas com denúncias de maus tratos, mais apoio financeiro e apoio institucional da prefeitura para os trabalhos com os animais. E a Dra Luana pontuou que o prefeito acabou de assumir e teve três decretos de calamidade, que entende a indignação do Conselho, mas entende que a Raphaela, como coordenadora, ela tem um canal direto com o Secretário dela que é uma pessoa totalmente acessível, portanto acha que em primeiro lugar ela deveria levar a demanda, não sabe entretanto se já levou e não teve retorno. Acrescentou que em 2014 foi criada a COBEA pelo Governo Bomtempo, verificando inclusive a lei de criação pois como o assunto é estruturação, deve ter havido alguma mudança, feita em outro governo, e parece que de fato foi, pois na época da criação existiam 4 cargos criados para a COBEA e mais 4 FG ligadas diretamente ao COBEA, e me parece que foi alterado em 2017, salvo engano. Portanto, solicitou que os membros dessem um respiro pois agente acabou de chegar, chegamos com três situações de calamidade, que não é uma calamidade pequena, onde toda prefeitura está voltada para trabalhar e onde qualquer alteração administrativa em termos de pessoal exige mudança em lei, tem que ser feito um projeto, até ai, concorda em sentar e propor um projeto de lei, e tentar reestruturar já apresentando ao prefeito o projeto de lei. Entretanto, temos que entender que estamos num momento de calamidade, agravada por outra calamidade, num potencial exponencial, e com certeza se for pedir uma audiência com o prefeito agora ele não terá como atender, acredita ainda que o próprio Simão também não, pois ele está no gabinete de crise, portanto acho que a Raphaela tem essa liberdade de chegar ao seu Secretário e falar que está precisando de mais pessoal porque estou vendo que estão colocando mais gente em tudo que é lugar que se está pedindo. Não depende só do COMUPA para que isso aconteça, ela tem essa liberdade. Posso estar enganada, acho que não, não que o assunto não tenha importância, é importantíssimo, mas acha que não é o momento pois para fazer alteração estrutural pois depende de projeto de lei, e nesse momento eu peço que nos deem mais um tempo. Com relação a mais pessoal, a Raphaela pode chegar ao Simão e pedir. O Sr Marcelo pediu um aparte e ressaltou novamente que o grupo não está criticando a prefeitura, que estamos num momento de calamidade onde sabemos muito bem, pois já participou da administração pública, que quando existe uma calamidade, existem vários caminhos para que se possa, temporariamente, enquanto a calamidade existe, aparelhar e fazer outras coisas, como o aumento de pessoal, como já falado que existem outros locais da prefeitura que estão sendo aparelhados com mais pessoas. É nesse sentido que estamos assistindo o trabalho da Raphaela, já há um mês e meio depois da tragédia, e não só assistindo, mas participando, junto com a prefeitura, colados com a Raphaela, trabalhando junto com ela e dando apoio incondicional ao que ela está fazendo. O que queremos apenas é dar mais respaldo a ela porque estamos percebendo que ela precisa. E sabemos também que nem um dos dois, nem a Coordenadora quanto o Secretário estão com tempo para tratar desse problema. A Dra. Marília acrescentou que realizamos a Primeira Conferência Municipal de Proteção Animal em novembro do ano passado, sob a gestão do governo interino, então, tudo isso que o Marcelo está falando



aqui foi discutido na reunião, então não tem nada direcionado ao Governo atual, que estaria ou não estaria fazendo. Que já é uma necessidade já percebida anteriormente e agora tem que ser concretizada, então, o relatório que o Sr Marcelo fez, são conclusões que chegamos durante a conferência, e que já achamos necessário implementar agora. O COMUPA como órgão consultivo que é tem a obrigação de encaminhar essas sugestões ao governo, não através da COBEA, e sim através do representante do Governo. Por isso, não estamos fazendo esse pedido para a Raphaela, e sim, como COMUPA estamos fazendo essa recomendação que surgiu durante a conferência, para o Governo atual, mostrando que a estruturação é um dos pontos cruciais, pois tem vários outros, das conclusões da conferência, primeira conferência no Brasil. Acrescentou que somos o único município que já fez uma conferência desses moldes, e isso é uma coisa que o governo deve ficar muito orgulhoso pois Petrópolis é o primeiro no Brasil, então as conclusões da conferência foram colocadas no papel para encaminhar ao governo, e esta é uma das mais importantes, para nesse momento de crise já ser implementada, que são coisas factíveis e que podem ser emergencialmente implementadas. Ninguém está fazendo críticas ao Governo nem querendo que o Governo faça coisas impossíveis, mas são coisas possíveis que não devem chegar ao Governo através da Raphaela, pois ela é uma funcionária, e nós estamos aqui como membros do conselho e da sociedade civil pedindo para que o pleito da sociedade civil seja levado ao governo, e não como um pleito da Raphaela. E solicitou à Dra Luana que encaminhasse o pleito, ao Simão e ao Prefeito, pois nós já fizemos uma solicitação anterior, feito pelos conselheiros antes da prorrogação do COMUPA, e agora, novamente, postulamos o pedido. E a Dra Luana informou que entendeu e que vai atender. E o Presidente resumiu o item, com a proposta da solicitação de mais recursos tanto humanos quanto financeiros e institucionais para a COBEA, bem como a reunião com o Secretário, que tem duas propostas: a primeira da realização imediata, e a segunda, considerando o pedido da Sra Luana para aguardar um tempo, possivelmente após o término da crise. E a Dra Luana levantou se havia quorum para votar, e o Presidente sugeriu uma manifestação informal. Houve um debate sobre o assunto e foi decidido pela sugestão da Dra Marília que o pleito emergencial de melhor estruturação da COBEA seria levado pela Dra Luana ao prefeito e ao Secretário Simão, pois reunião nesse momento não será possível, e posteriormente faríamos uma reunião para apresentar os resultados da convenção e maiores detalhes para caminhar na direção da reestruturação da COBEA. A Dra Luana informou que no dia seguinte da reunião irá chamar a Raphaela, entendendo os pleitos e representando o Governo, como os demais representantes, e vão as duas conversar com o Cel Simão, cuja sala fica acima da sala da Raphaela. E a Dra Marília acrescentou que só estamos pedindo para a Dra Luana pois ela é a representante do Gabinete, e por isso, não estaríamos falando através dos outros representantes presentes, ressaltando que não é o pedido da Raphaela, e sim do COMUPA. Assim, a reunião foi encerrada às 22h.